

Homossexualismo desencadeia polêmica entre evangélicos

6 JUL 1987
FOLHA DE SÃO PAULO

ANC P 175

O grupo de deputados evangélicos do PMDB, PDT e PFL que formou o "lobby" contra a garantia constitucional de não discriminação aos homossexuais está dividido. O deputado João de Deus (PDT-RS), pastor e ex-delegado de polícia, disse que não aceita o tratamento constitucional do "assunto". Mas o deputado José Fernandes (PDT-AM), que junto com João de Deus liderava o "lobby", disse que "o assunto" está encerrado com a alínea "f", item 3º, artigo 13 do anteprojeto de Constituição.

Este texto diz: "Ressalvada a compensação para igualar as oportunidades de acesso aos valores da vida e para reparar injustiças produzidas por discriminações não evitadas, ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão do nascimento, etnia, raça, cor, idade, sexo, comportamento sexual, estado civil, natureza do trabalho, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, ou qualquer outra condição social ou individual". A expressão "comportamento sexual" foi colocada no texto em substituição a "orientação sexual", por proposta de emenda de José Fernandes na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

O deputado João de Deus diz que a afirmação de que ninguém pode ser discriminado por "comportamento sexual" pode favorecer "comportamento sexual criminoso como o estupro". O evangélico Eraldo Tinoco (PFL-BA), membro da Comissão de Sistematização, disse que, na sua opinião, as expressões "comportamento" ou "orientação" referem-se à intimidade das pessoas. Eraldo Tinoco diz entender o "homossexualismo como uma doença e não um crime". Ele defende o texto do anteprojeto.

O relator da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, senador José Bisol (PMDB-RS), disse à Folha: "As pessoas que tentam interferir na vida privada dos outros, na intimidade dos outros, têm uma estrutura autoritária, prepotente". Bisol considera que o fato dos evangélicos estarem à frente deste movimento se explica pelo "autoritarismo das religiões". Ele afirma: "Se examinarmos a história das religiões e sua expressão do Direito vamos verificar que o princípio fundamental delas é: o povo deve amar o censor". O senador gaúcho é professor de Direito e desembargador aposentado.

Na Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, os evangélicos contaram, nessa questão, com o apoio de não evangélicos

Baeta vê brecha para aborto

O ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Herman Assis Baeta, 54, acha que a legalização do aborto no Brasil poderá ser facilitada se o Congresso constituinte aprovar o anteprojeto da Comissão de Sistematização. Pelo texto, "adquire-se a condição de sujeito de direitos pelo nascimento com vida". Baeta, que é favorável à legalização, disse ontem que cada constituinte deverá votar essa declaração — a alínea A do 1.º parágrafo do artigo 13 — de acordo com "a sua consciência sobre a legalização".

Para ele, isso serve como "uma preliminar" para se constatar a orientação dos constituintes sobre o aborto. Baeta acha que, se for aprovada, uma legislação específica sobre o aborto poderá ser submetida ao Congresso.

como os deputados Samir Achôa (PMDB-SP), Farabulini Junior (PTB-SP) e José Mendonça de Moraes (PMDB-MG).

Triângulo Rosa

As entidades homossexuais montaram um "lobby" para a aprovação da expressão "orientação sexual" em vez de "comportamento sexual", como está no anteprojeto de Constituição. João Antônio Mascarenhas, 59, vice-presidente do Triângulo Rosa, diz que, segundo antropólogos, a palavra "orientação" é a que melhor se encaixa neste caso.

Mascarenhas disse que a diferença entre "orientação e comportamento parece pequena, mas não é". Segundo ele, orientação sexual é a linha que alguém escolhe (heterossexual, bissexual ou homossexual), enquanto comportamento sexual é como a pessoa se comporta sexualmente (em sua análise, o estupro seria um exemplo).

Segundo Mascarenhas, as entidades homossexuais têm o apoio explícito de 73 deputados. O Triângulo Rosa pretende, através de "deputados amigos como Luis Alfredo Salomão (PDT-RJ) ou Benedita Silva (PT-RJ)", segundo Mascarenhas, introduzir uma emenda no anteprojeto modificando a expressão. Ele pretende convencer os constituintes com explicações de nove antropólogos de que "este é o melhor termo". Mascarenhas disse que os "evangélicos temem que orientação sexual possa ser confundido com uma pessoa tentar orientar sexualmente outra, quando este não é o sentido".